

PFL consulta TSE sobre nova eleição

BRASÍLIA – Advogados do PFL consultaram informalmente o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em busca de informações sobre o que acontece se um senador renunciar ao mandato e seus dois suplentes também renunciarem. A resposta está na Constituição: se a renúncia acontecer até 15 meses antes do término do mandato, deve haver nova eleição. Como o mandato do senador Antonio Carlos Magalhães só acaba em 1º de janeiro de 2003, haveria necessidade de escolher um novo

ocupante da vaga, se o cacique pefelista da Bahia e seus suplentes renunciassem.

Antonio Carlos reconheceu a repercussão do caso do Senado na mídia torna remotas as possibilidades de inverter a tendência de cassação do seu mandato. “Estou perdendo na forma, mas vou ganhar no conteúdo. Se me tirarem, voltarei para a Bahia ou para um cargo maior”, afirmou, no tom de quem se prepara para assumir o discurso de vítima de uma tramóia para abafar suas de-

núncias de corrupção no governo. Por entender que está perdendo a batalha da comunicação é que Antonio Carlos conta, agora, com apoio em tempo integral do publicitário Fernando Barros, da agência baiana Propeg. Já falou por telefone com outro gênio da publicidade, o também baiano Nizan Guanaes, com quem deve se encontrar pessoalmente hoje. Quer saber se há chances de dar a volta por cima agora. Se ouvir uma negativa como resposta, vai traçar uma estratégia para não

correr o risco de perder os 6 milhões de votos que detém na Bahia.

Pode voltar senador em um mandato-tampão, pois terá que ser convocada uma nova eleição ainda este ano, na hipótese de renúncia dele e de seus suplentes. Ou pensará em voltar em 2002, como candidato a governador. “Na Bahia, não vão me encenear”, afirmou, embasado em recente pesquisa Ibope que lhe confere 74% das intenções de voto.